



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO Nº 0283259-3

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUTUÁRIO E DE PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. CONTRATO DE SEGURO ADJETO A CONTRATO DE MÚTUO E FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA. SFH. RISCO DE DESMORONAMENTO DE IMÓVEL. COBERTURA SECURITÁRIA PARA OS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. PAGAMENTO DE ALUGUÉIS AOS MUTUÁRIOS. REAJUSTE CABÍVEL. SÚMULAS 57, 58, 59 E 100 DO E. TJPE. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS PARA REFORMA DA DECISÃO HOSTILIZADA. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional. Ausência de demonstração, mediante prova documental, do comprometimento dos recursos do FCVS. Preliminar de incompetência da Justiça Estadual rejeitada.

- Nas ações de seguro habitacional em que se pleiteia recuperação de sinistro de danos físicos no imóvel, o beneficiário do seguro pode ser o mutuário, o cessionário, seus sucessores ou dependentes, na forma da lei civil. Súmulas 58 e 59 do TJPE. Ademais, a quitação do financiamento não inviabiliza a cobrança da indenização securitária por danos resultantes de vício de construção. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada.

- Não há se falar em prescrição se o evento descrito na apólice é atual, e permanece atingindo o imóvel de forma contínua e progressiva. Inviabilidade de se contar qualquer prazo prescricional em favor da Seguradora Apelante, pois o sinistro contratualmente coberto (risco de desabamento) não ocorreu em um momento determinado. Ao contrário, efetivou-se sem data certa e persistirá até a adoção das medidas necessárias à recuperação dos imóveis. Preliminar de prescrição rejeitada.

- Mérito. A apólice aplicável nas ações de seguro habitacional é aquela vigente à época da contratação do financiamento e do seguro. Súmula 100 do TJPE.

- "A seguradora é responsável pelo pagamento de aluguel, pelas prestações do contrato de financiamento ativo e pela guarda do imóvel sempre que o segurado tenha que dele sair, até o momento que possa para ele regressar ou que for paga a indenização em pecúnia". Súmula nº 57 do TJPE.

- Estando os agravados fora de seus imóveis por causa do risco de desmoronamento resulta claro que a seguradora deve arcar com as despesas de uma nova moradia, através do pagamento de aluguéis, não sendo justo que o mutuário fique com mais



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



esse encargo, bastando ter sido obrigado a desocupar seu imóvel e esperar pela sua recuperação ou recebimento da indenização correspondente.

- A satisfação da obrigação securitária mediante o pagamento em dinheiro aos próprios segurados constitui a maneira mais adequada de solucionar o conflito.

- Apelo improvido. Decisão Unânime.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Agravo Interno nº 0283259-3, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 01 de julho de 2014, à unanimidade de votos, não conhecer do Recurso de Agravo, nos termos do voto do relator.

Recife, 01 de julho de 2014. (data da lavratura).

Des. Josué  Antônio Fonseca de Sena
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

1ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO Nº 0283259-3

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

RELATÓRIO E VOTO

Trata a hipótese de Agravo, interposto por SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A, insurgindo-se contra a decisão terminativa da lavra desta relatoria que negou seguimento ao Agravo de Instrumento mantendo a decisão de primeiro grau, que determinou a inversão do ônus da prova, com a produção de prova pericial pela agravante, e determinou o reajuste do aluguel, com o seu devido levantamento referente a cada mutuário.

Em seu recurso (fls. 129/151), requer o agravante o provimento do presente recurso para determinar o processamento do Agravo de Instrumento, a fim de:

- a) apreciar a questão do interesse processual da Caixa Econômica Federal;
- b) declarar a prescrição do direito dos agravados;
- c) julgar improcedente os pedidos da ação, inclusive para condenar os moradores a restituir as quantias pagas pela Seguradora, considerando-se, especialmente, a ausência de cobertura securitária, a culpa concorrente dos moradores ao se desincumbirem da realização de manutenções preventivas e o enriquecimento sem causa;
- d) reconhecer a ausência de comprovação de vínculo contratual com a agravante que justifique a aplicação da Súmula 57 e 100 do TJPE.

É O RELATÓRIO. PASSO A VOTAR.

Ab initio, não vislumbro possibilidade de retratação do julgado desafiado, uma vez que não vejo qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada.

Trata-se de recurso de agravo interno contra decisão monocrática da lavra desta relatoria a qual negou seguimento à apelação, pelos mesmos fundamentos da decisão exarada pelo juiz *a quo*.

Como é cediço a todos, poderá o relator decidir individualmente as questões de mérito, quando negar seguimento ao recurso que se apresenta manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior (*ex vi* do art. 557, *caput*, do CPC).

Com efeito, o artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil reflete a aplicação do princípio da economia processual, constante do artigo 5º, inciso LXXVIII, da Carta Magna, e visa, como é salutar, a desobstruir pautas dos tribunais para que se agilize o julgamento das ações e dos recursos que realmente precisam ser submetidos à apreciação pelo órgão colegiado.

Em sua irresignação, o agravante alega a prescrição do direito dos agravados.

No entanto, não há se falar em prescrição se o evento descrito na apólice é atual, e permanece atingindo o imóvel de forma contínua e progressiva. Inviabilidade de se contar qualquer prazo prescricional em favor da Seguradora Apelante, pois o sinistro contratualmente coberto (risco de desabamento) não ocorreu em um momento determinado. Ao contrário, efetivou-se sem data certa e persistirá até a adoção das medidas necessárias à recuperação dos imóveis.

Da mesma forma, sobre a cobrança de aluguéis, destaque-se que este Tribunal já se manifestou sobre o assunto discutido através da súmula nº 57, *in verbis*:

"A seguradora é responsável pelo pagamento de aluguel, pelas prestações do contrato de financiamento ativo e pela guarda do imóvel sempre que o segurado tenha que dele sair, até o momento que possa para ele regressar ou que for paga a indenização em pecúnia".

Cumpre salientar que, diante do que foi relatado pelos agravados, estando os mesmos fora de seus imóveis por causa do risco de desmoração resulta claro que a seguradora deve arcar com as despesas de uma nova moradia, através do pagamento de aluguéis, não sendo justo que o mutuário fique com mais esse encargo, bastando ter sido obrigado a desocupar seu imóvel e esperar pela sua recuperação ou recebimento da indenização correspondente.

Sobre o valor arbitrado não visualizo desproporcionalidade sobre o que vem sendo cobrado no município, especificamente no Bairro da Imbiribeira, no entanto entendo ser o magistrado de piso o mais indicado para averiguação acerca de tal montante. Além do mais, trata-se de discussão sem lastro probatório nos autos, ou seja, a seguradora não comprovou as próprias alegações acerca do suposto valor desproporcional do aluguel.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

No entanto, entendo como correto o pleito no sentido de obrigar os autores/agravados para que façam prova da destinação dos valores concedidos para exclusivo fim de pagamento de aluguéis, devendo os recorridos juntarem aos autos os contratos de aluguéis firmados, onde conste especificamente o valor do contrato, bem como mensalmente colacionem os respectivos recibos e pagamento para fins de comprovação perante o juízo, para que haja efetivação da tutela jurisdicional e não desvirtuamento dos valores, às expensas da seguradora agravante.

Feito esse registro, vale destacar que o agravante não trouxe na sua irresignação qualquer tese capaz de ensejar a revisão da opinião jurídica externada na terminativa, aliás, substancialmente renovou os argumentos que fundamentaram o seu apelo, razão pela qual deve ser mantida a decisão vergastada.

Nesse passo, como não houve inovação nos argumentos suscitados no presente agravo, adoto como fundamentos do meu voto os mesmos contidos na decisão guerreada, a qual transcrevo o trecho que interessa:

"(...) Sobre a competência, sustento que a da Justiça Federal determina-se em razão da pessoa (*ratione personae*), nos termos do art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Observo, ainda, que, sendo obrigatória a intervenção da Caixa Econômica Federal (empresa pública federal) no feito, seja como autora, ré, assistente ou oponente, a competência é da Justiça Federal.

No tocante à questão material discutida na origem - indenização securitária decorrente de seguro habitacional, entendo não haver interesse jurídico a autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal como parte na lide. Explico.

A Caixa Econômica Federal - CEF passou a ser a gestora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, com a edição da Portaria nº 243, de 28 de julho de 2000, pelo Ministério da Fazenda. A ela é atribuída a administração dos recursos provenientes do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e o controle do recebimento dos prêmios e o pagamento das indenizações (art. 5º, I e III, da Portaria nº 243, de 28 de julho de 2000).

Os objetivos básicos do FCVS é garantir o equilíbrio do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, permanentemente e a nível nacional, e quitar, junto aos agentes financeiros, os saldos devedores remanescentes de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação (Lei nº 7.682/88, art. 1º).

Acontece, porém, que as indenizações do seguro habitacional - SH são pagas com recursos próprios, sendo registrados em uma conta específica denominada Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional - FESA, subconta do FCVS.

O Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional - FESA é constituído por capital privado, proveniente dos prêmios pagos pelos mutuários do Sistema



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Financeiro Habitacional. Os recursos carreados ao FESA são, pois, de natureza privada, não havendo qualquer vinculação com o erário.

O FESA permanece autônomo, pois os seus recursos não se comunicam contabilmente com os recursos do FCVS. Não se pode confundir, pois, os recursos do FESA com os do FCVS.

Na origem, os agravantes pretendem indenização securitária sem qualquer comprometimento dos recursos do FCVS, cujo destino é, primordialmente, a cobertura de eventuais saldos devedores residuais dos contratos de financiamento de imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação.

A Caixa Econômica Federal - CEF é mera administradora do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. Controla, supervisiona e define as diretrizes dos fundos financeiros com o objetivo de manter a higidez do sistema financeiro da habitação no país.

Depreende-se, assim, que a CEF não tem interesse jurídico na presente demanda, pois não mantém relação jurídica com a Seguradora Ré da ação original, Sul América, que possa ser afetada pelo julgamento da causa. A eventual procedência dos pedidos formulados pelos agravados na petição inicial não irá afetar os recursos do FCVS ou o erário.

Em relação ao enunciado de súmula 150 do STJ, segundo o qual "compete à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da união, suas autarquias ou empresas públicas", de ser dito que não impede o afastamento da alegação de interesse da CEF ou da União, quando sem fundamentação razoável do ponto de vista jurídico, ou por absoluta impossibilidade física (ver Theotonio Negrão, Código de Processo Civil, 34ª ed. p. 49).

Além disso, os enunciados de súmula dos Tribunais Superiores não possuem eficácia vinculante, ressalva-se apenas a súmula vinculante, criada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, cuja competência para a edição, revisão e cancelamento é exclusiva do STF.

Em tempo, se faz importante analisar a aplicabilidade da Lei nº 12.409, de 25/05/2011 que transferiu para a Caixa Econômica Federal as atividades atualmente realizadas pelas sociedades seguradoras e determinou a representação judicial do FCVS pela Advocacia-Geral da União. Teria a referida lei o condão de modificar a competência para processar e julgar as ações de indenização securitária do Sistema Financeiro da Habitação já em curso antes mesmo de sua edição?

Cumpra anotar que até certo tempo, vigorava a Medida Provisória nº 478, estabelecendo a incompetência absoluta da Justiça Estadual para examinar os pedidos de indenização calcados na existência de vícios de construção em imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

Porém, a referida MP cessou vigência desde 02.06.2010 e, a partir de então, os feitos indenizatórios permaneceram no âmbito da Justiça Estadual, e assim foram, com o passar do tempo, sendo sentenciados em suas respectivas comarcas.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Posteriormente, com a vigência da MP 513/2010, atualmente convertida na Lei nº 12.409, de 25/05/2011, foi autorizado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH e a oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH.

Mesmo sendo nova a discussão, já existem alguns julgados que abordaram de maneira incisiva o tema, em destaque a conclusão de que a medida provisória citada para amparar a pretensão das seguradoras não ocasiona a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar as demandas indenizatórias fundadas em defeitos de construção de imóveis segurados pelo SFH.

Acrescento, ainda, breves considerações a respeito da Competência da Justiça Estadual no que pertine à MP 633/2013 de 26 de Dezembro de 2013.

Recentemente, com a publicação da MP 633/2013, que acrescentou dispositivo normativo, art.1º-A, à Lei nº 12.409, ficou determinado que a CEF providenciasse seu ingresso imediato como representante do FCVS, inclusive nos feitos em andamento. A propósito:

(...)

"Art. 2º A Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 1º-A. Compete à Caixa Econômica Federal - CEF representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS.

§ 1º A CEF intervirá, em face do interesse jurídico, nas ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas, na forma definida pelo Conselho Curador do FCVS.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, deve ser considerada a totalidade das ações com fundamento em idêntica questão de direito que possam repercutir no FCVS ou em suas subcontas." (NR)

Art. 3º A União, por intermédio da Advocacia-Geral da União, poderá intervir nas ações de que trata o art. 1º-A da Lei nº 12.409, de 2011, na forma do art. 5º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ou avocá-las, na forma do art. 8º-C da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art. 4º Em relação aos feitos em andamento, a CEF providenciará o seu ingresso imediato como representante do FCVS.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação."

Da análise minuciosa dos dispositivos, peço vênha para transcrever alguns comentários.

Primeiramente, cumpre destacar que a retroatividade de lei é medida excepcional e vetada se prejudicial. Inclusive, salienta-se que o tempo rege o ato, o que significa que a lei de regência do contrato é aquela vigente na época de sua celebração, tudo conforme o princípio consagrado na Carta Magna como garantia fundamental do cidadão nas formas de respeito ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Não é possível, portanto, que uma relação jurídica estabelecida pelas partes a muito venha a ser modificada por meio de uma alteração legal posterior, ante o que orienta o princípio da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito, contido no art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, *verbis*: 'A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada' (Art. 6º, LICC).

Desta forma, em sendo o ajuste firmado pelas partes ato jurídico perfeito e acabado, antes da edição da referida Lei, incabível o deslocamento da competência à Justiça Federal.

Observe-se que a matéria já foi pacificada neste e. Tribunal através do enunciado da Súmula 094, *in verbis*:

"SÚMULA 094 - A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional."

Nesse mesmo sentido, anatem-se julgados recentes deste TJPE:

"RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ORIUNDA DO SEGURO DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA RECÉM-EDITADA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010. REJEITADAS AS PRELIMINARES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL; DE ILEGITIMIDADE ATIVA DOS AUTORES; DE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL DOS AUTORES E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA SEGURADORA. MÉRITO: APLICAÇÃO DO CDC. HABILITAÇÃO DA APÓLICE RD BNH Nº 18/77. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DIRETAMENTE AOS MUTUÁRIOS; COBERTURA SECURITÁRIA PARA OS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO; DEVER DE PAGAMENTO DE ALUGUERES; CABIMENTO DA MULTA DECENDIAL E POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE ASTREINTES. MANUTENÇÃO DO QUANTUM FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- Rejeitadas as preliminares de ilegitimidade da Caixa Seguradora e de competência da Justiça Federal para apreciar o feito. Em respeito ao princípio da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito, a edição da MP 513 não acarreta a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar os feitos oriundos do seguro do SFH em que se discutem os vícios construtivos. - Rejeitada a Preliminar de ilegitimidade ativa dos autores. Tratando-se os autores de mutuários do SFH ou ainda que terceiros adquirentes das unidades habitacionais objeto do seguro, possuem os mesmos a legitimidade ativa para pleitear a indenização securitária em razão de vícios construtivos. - Rejeitada a Preliminar de ilegitimidade ativa dos mutuários que realizaram contrato de gaveta, nos termos da Súmula 056 do TJPE. - Rejeitada a preliminar de falta de interesse processual dos autores com contratos de financiamentos quitados. Esta corte já firmou entendimento no sentido de que não há que se falar em extinção da obrigação de indenizar após eventual quitação do contrato de mútuo. - Rejeitada a preliminar de falta de interesse processual, ante a ausência de pretensão resistida. Pretende a recorrente, em sede preliminar, discutir o mérito em si da questão posta em exame, sob a pálida alegação de que não houve mora. - "A cobertura securitária deve se estender também à ocorrência de vícios construtivos, pois impedem que os imóveis gozem de condições mínimas de habitação, podendo, inclusive, representar perigo aos moradores, caso os reparos necessários não sejam realizados." (TJ/PR, AC 0394516-2, 8ª Câmara Cível, Rel. Macedo Pacheco, julgado em 01/06/2007). - Revela-se totalmente acertada a condenação ao



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

pagamento das despesas com alugueres, a teor da Súmula 057 desta Corte. - Configura-se cabível a aplicação, no presente caso, da multa decendial prevista na apólice, sendo os mutuários legítimos para recebimento do montante. - Rejeitada a alegação de responsabilidade objetiva da construtora. Pretende, unicamente, a seguradora eximir-se da responsabilidade de indenizar os mutuários pelos vícios construtivos nos imóveis. - Possibilidade de cominação de multa pecuniária, visto que visa a compelir o devedor ao cumprimento da obrigação imposta." (TJPE, RA nº 0235765-9/01, 6ª Câmara Cível, Rel. Des. Antônio Fernando de Araújo Martins, j. 12.04.2011, p. 27.04.2011)

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ORIUNDA DO SEGURO HABITACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA RECÉM-EDITADA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2011, SOB PENA DE VILAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS E DO ATO JURÍDICO PERFEITO. REGULAR TRÂMITE DO PROCESSO PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL (INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 094 DO TJPE).

- Os tribunais pátrios vêm entendendo que a edição da MP nº 513 não acarreta a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar os feitos oriundos do seguro do SFH em que se discutem os vícios construtivos. Isto porque, se não bastasse a ausência de comprovação de que a assunção de direitos e obrigações tenha se dado, há que se destacar, também, a aparente inconstitucionalidade do ato, que, à exemplo da extinta MP nº 478, possibilita a alteração da relação jurídica perfeita constituída entre seguradora e mutuários, permitindo que eventual condenação em face da seguradora seja custeada, ao final, por dinheiro público, em flagrante afronta a princípios constitucionais.

- O contrato de seguro entabulado entre as partes foi efetivado antes da edição da Medida Provisória nº 513. Inexistia, portanto, quando da contratação do seguro, a previsão de utilização de dinheiro público em eventual indenização, não se podendo permitir que, por intermédio de alteração legal ulterior, modifique-se a relação jurídica existente.

- Antes mesmo da edição das medidas provisórias nºs 478 e 513, este e. tribunal já havia firmado posicionamento no sentido da competência da Justiça Estadual para julgar demandas deste jaez. (TJPE, RECURSO DE AGRAVO Nº 0231130-0/01, RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS, Sexta Câmara Cível)

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. RECEBIMENTO COMO RECURSO DE AGRAVO - FUNGIBILIDADE (SÚMULA 042 DO TJPE). AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ORIUNDA DO SEGURO DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. REJEITADAS AS PRELIMINARES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. INAPLICABILIDADE DA RECÉM-EDITADA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010. REJEITADA A PREJUDICIAL DE MÉRITO DA PRESCRIÇÃO. MÉRITO: APLICAÇÃO DO CDC; COBERTURA SECURITÁRIA PARA OS VÍCIOS CONSTRUTIVOS E CABIMENTO DA MULTA DECENDIAL.

- Levando-se em consideração a súmula 042 desta Corte de Justiça, que dispensa o preparo no recurso de agravo previsto no art. 557, § 1º, do CPC, é aplicável à hipótese o princípio da fungibilidade recursal, para fins de receber o presente agravo como legal, em observância à economia processual, de modo que passo a apreciá-lo.

- Rejeitada a preliminar de ilegitimidade da seguradora e, conseqüente, competência da Justiça Federal para apreciar o feito. Em respeito ao princípio da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito, a edição da MP 513 não acarreta a incompetência da Justiça Estadual



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

para apreciar e julgar os feitos oriundos do seguro do SFH em que se discutem os vícios construtivos. Aplicação da Súmula 094 do TJPE.

- Rejeitada a prejudicial de mérito da prescrição. No caso dos autos, restou comprovada a notificação do sinistro, inexistindo, entretanto, comprovação de reconhecimento ou negativa de cobertura por parte da seguradora. Ademais, em casos desta espécie, não há como se precisar o dia da ocorrência do sinistro, não havendo no que se falar em prescrição.

- MÉRITO: "A cobertura securitária deve se estender também à ocorrência de vícios construtivos, pois impedem que os imóveis gozem de condições mínimas de habitação, podendo, inclusive, representar perigo aos moradores, caso os reparos necessários não sejam realizados." (TJ/PR, AC 0394516-2, 8ª Câmara Cível, Rel. Macedo Pacheco, julgado em 01/06/2007).

- Configura-se cabível a aplicação, no presente caso, da multa decendial prevista na apólice, sendo os mutuários legítimos para recebimento do montante.

(TJPE, AgRg. Nº 0234947-7/01, RELATOR: DES. Antônio Fernando de Araújo Martins, DJ 28.04.2011)

Desta forma, a alteração legislativa da Lei 12.409/11 também somente será aplicada aos contratos que vieram a ser firmados a partir da data da sua alteração, ou seja, para os contratos firmados do dia 26.12.2013 para frente.

Ademais, verifico que a MP 633/2013 não afastou a necessidade da demonstração de risco ao comprometimento dos recursos do FCVS (conforme transcrito no art. 1º-A, §1º) para o ingresso da Caixa Econômica Federal.

Desta forma, deve ser mantida a competência desta Justiça Estadual nas ações securitárias baseadas em Seguros Habitacionais.

Quanto à insurgência do agravante contra a inversão do ônus da prova e o pagamento dos honorários periciais, cumpre registrar que o STJ firmou entendimento no sentido da aplicabilidade do CDC aos contratos regidos pelo SFH e, conseqüentemente, também aplicáveis aos contratos de mútuo as regras do CDC que autorizam a inversão do ônus da prova em favor dos hipossuficientes. Neste sentido, colaciono precedente do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO – CONTRATO COM COBERTURA DO FCVS – INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

1. Teses não prequestionadas sobre as quais incide o óbice da Súmula 282/STF.

2. Firmou a Segunda Seção do STJ entendimento no sentido de que o CDC é aplicável aos contratos regidos pelo Sistema Financeiro da Habitação e, conseqüentemente, também aplicáveis aos contratos de mútuo as regras do CDC que autorizam a inversão do ônus da prova em favor do hipossuficiente.

(...)

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (Resp 637302/MT, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 28.06.2006)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Porém, reconhecido o ônus da agravante pela produção da prova técnica requerida, não está obrigada, todavia, a antecipar os honorários do perito; mas, se não o fizer, presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

O STJ já decidiu que a "regra probatória, quando a demanda versa sobre relação de consumo, é a da inversão do respectivo ônus. Daí não se segue que o réu esteja obrigado a antecipar os honorários do perito; efetivamente não está, mas, se não o fizer, presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor" (REsp nº 466.604/RJ, Relator o Ministro Ari Pargendler, DJ de 2/6/03).

No mesmo sentido, o REsp nº 443.208/RJ, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJ de 17/3/03, destacou que a "inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor. No entanto, sofre as consequências processuais advindas de sua não produção". Igualmente, assim se decidiu no REsp nº 579.944/RJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 17/12/04, no REsp nº 435.155/MG, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 10/3/03 e no REsp nº 402.399/RJ, Rel. o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ de 18/4/05.

Assim, se não estiver interessada na produção da prova pericial basta informar o juízo de origem e não pagar os honorários periciais, já que não se trata de dever, mas de mero ônus processual: se pagar, a prova será produzida e, eventualmente, demonstrará ao juízo que tem razão; se não pagar, ao contrário, a prova não será produzida e, eventualmente, deverá responder pela ausência de prova. Ainda, entende o STJ:

PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. HONORÁRIOS DO PERITO. RESPONSABILIDADE. HIPOSSUFICIÊNCIA.

1. A simples inversão do ônus da prova, no sistema do Código de Defesa do Consumidor, não gera a obrigação de custear as despesas com a perícia, embora sofra a parte ré as consequências decorrentes de sua não-produção. (REsp 639.534/MT, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJU 13.02.6). Precedentes. 2. Recurso especial provido. (REsp 1063639/MS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 04/11/2009)

Assim, a prova pericial é uma faculdade e não uma obrigação, como narrado.

Diante do exposto, infere-se que a fundamentação apresentada pela agravante como suporte para seu inconformismo revela-se manifestamente improcedente e em confronto com jurisprudência deste Egrégio Tribunal e de Tribunal Superior. Neste sentido, não vislumbrando a necessidade de levar a julgamento à câmara cível assim, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, caput, do CPC c/c artigo 74, VIII do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Após o decurso do prazo recursal, baixem-se os autos ao juízo de origem.

Publique-se. Intime-se.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



Recife, ____ de ____ de 2014.

**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator".**

Como registrado na transcrição acima, a matéria, objeto da lide, foi amplamente debatida na decisão, disposta de forma clara e precisa, atingindo solução jurídica embasada nos elementos dos autos e no ordenamento pátrio, razão porque não merece qualquer retoque nesta via de agravo.

Desse modo, evidentemente, o agravo não merece prosperar, tendo em vista que a irresignação permanece juridicamente insustentável.

Posto isso, inexistindo motivos para modificação da decisão atacada, meu voto é no sentido de negar provimento ao presente Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 01 de Julho de 2014.

**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator**